

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito

REGISTRADO SOB N. 1528/2001
AS. FLS. Nº 117 v. 119
LIVRO N. 25
P. 01, 02, 2002

LEI Nº 1.528/2001 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2001

FUNCIONÁRIO

Institui o Plano Plurianual para o período de 2002/2005 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, e consubstanciado no Decreto nº 1.626, de 11.10.2001, fica instituído o Plano Plurianual para o período de 2002/2005, que estabelece as ações, programas, objetivos e as metas da administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, como também para aquelas relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e IV.

Parágrafo Único – O anexo I, que acompanha esta Lei, contém a relação de todos os Programas instituídos para o Município no quadriênio 2002/2005.

Art. 2º- O Poder Executivo ajustará as metas aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias aos programas estabelecidos no Plano Plurianual.

§ 1º- Considerando que o Plano Plurianual para o período de 2002/2005 está sendo instituído depois da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, poderá haver alterações nos dois instrumentos visando à adequação e programas previstos.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito

§ 2º - A codificação dos programas deste Plano será observada nas leis de Diretrizes Orçamentárias e nos projetos que as modifiquem.

Art.3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projetos de lei específico.

Parágrafo Único – O projeto de lei específico conterà na hipótese de:

I- Inclusão de programa:

- a) Diagnóstico sobre atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;
- b) Indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II-Alteração ou exclusão de programa, exposição das motivaram a proposta.

Art. 4º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, dentro de um programa, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais, por transposições, remanejamentos ou transferências.

Parágrafo Único – A avaliação consistirá em:

I- Aferir o resultado com referências aos objetivos e metas fixadas;

II-Aferir o grau de satisfação da comunidade quanto aos bens e serviços ofertados pelo Poder Público;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito

III- Explicar, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre as metas previstas e executadas;

IV- demonstrar por ação, programa, execução física e financeira do exercício anterior e acumulada;

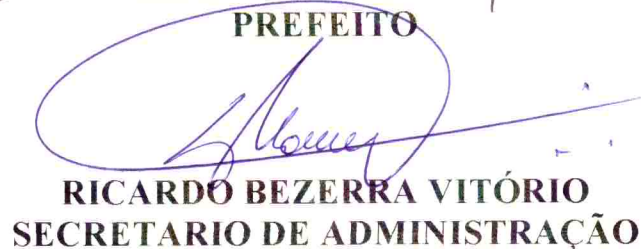
V- demonstrar, por programa e para cada indicador, o índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com índice final previsto no programa.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, em 03 de dezembro de 2001.


ALBÉRICO CORDEIRO
PREFEITO


RICARDO BEZERRA VITÓRIO
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO